

Mensagem da Administração

Em 2021, empresas e pessoas ainda continuaram enfrentando as dificuldades e incertezas trazidas pela pandemia do Coronavírus, a qual afetou o segmento de Telecom em primeiro momento de forma favorável, pois este mercado mostrou sua essencialidade para as pessoas, onde buscaram por melhores acessos de internet para que conseguissem manter seu trabalho em formato home office, nas aulas online, no acesso à informação e na busca por entretenimento.

Apesar do segmento de Telecom ter sido atingido de forma positiva, o mercado tem exigido renovações de tecnologias para atender a um novo cenário, onde pessoas possuem cada vez mais dispositivos conectados, onde operadoras devem buscar por novas tecnologias e infraestrutura para atender estas demandas.

Toda esta necessidade de renovação de tecnologia no entanto, sofreu com a pandemia, onde fábricas tiveram fechadas por um longo período afetando diretamente a entrega de produtos no Brasil, este cenário junto com o aumento de fretes internacionais, impactaram diretamente no resultado no ano de 2021.

Apesar dos contínuos desafios oriundos da COVID-19, no ano de 2021, entregamos resultados que refletem a dedicação e o trabalho árduo dos nossos quase 200 colaboradores, todos focados na criação de valor para nossa empresa, clientes, colaboradores, acionistas, parceiros e comunidades.

Iniciamos o processo de reestruturação de nossa área de mercado, sendo;

- A Criação de quatro (4) unidades de negócios focadas em cada camada da rede do negócio do nosso principal mercado de atuação (TELECOM /Provedores de Internet), FTTx, INFRAESTRUTURA, REDE e SERVIÇOS.
- A revisão das linhas de produtos por unidade de negócio, com objetivo de estar mais próximo das necessidades dos nossos clientes, priorizando a rentabilidade e giro de estoque por produto.
- A Remodelagem da forma de atendimento da nossa carteira de clientes, priorizando o desenvolvimento da aproximação e relacionamento com o mercado.
- Criação do canal Televendas, para demandas geradas a partir de leads das nossas redes sociais.
- Abertura de mais duas unidades de centro de distribuição e escritório comercial local em Cuiabá/MT e Maracanaú/CE.

Entregamos R\$ 371.744 mil em receita bruta, um aumento de 15,337% contra 2020. O lucro operacional, medido pelo EBITDA, foi de R\$ 29.846 mil, o que representou 7,674% sobre a receita bruta.

Em um ambiente que permanece incerto, nosso desempenho em 2021 reflete os esforços da Administração para posicionar a empresa para um crescimento sustentável de longo prazo, ainda que diante de um ambiente volátil no curto prazo, provocado pela COVID-19.

Estes resultados não seriam possíveis sem o esforço, dedicação de todos os nossos colaboradores. Estamos orgulhosos do comprometimento dos nossos funcionários com a empresa e com nossos clientes.

Agradecemos pela confiança. Enquanto o mundo continua a lutar contra a COVID-19, continuaremos apoiando nossos colaboradores, clientes e fornecedores.

A Administração

Taquari/RS, 31 de março de 2022

Fabricao Azambuja Ferreira
CPF: 751.249.630-34
Diretor

Roberto Azambuja Ferreira
CPF: 988.846.620-87
Diretor

OIW Participações S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração de resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da
OIW Participações S.A.
Taquari – RS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da OIW Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da OIW Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras, a Companhia registrou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nas demonstrações de resultado consolidadas, receita operacional líquida de R\$ 275.457 mil (R\$ 241.575 mil em 31 de dezembro de 2020). A Controlada OIW Indústria Eletrônica S.A adotou para determinados contratos de locação a prática de registrar as receitas de acordo com o cronograma de pagamentos estabelecidos entre a Controlada e seus clientes, o que representa um desvio em relação às disposições do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, que estabelece que

a receita de arrendamentos operacionais deve ser reconhecida de forma linear ao longo do prazo do arrendamento. Consequentemente, nas demonstrações financeiras individuais, o investimento em 31 de dezembro de 2021 está a maior em R\$ 10.743 mil (R\$ 15.150 mil em 31 de dezembro de 2020) e o resultado de equivalência patrimonial reconhecido no exercício findo nessa data está apresentado a menor em R\$ 4.408 mil (R\$ 2.518 mil a maior em 31 de dezembro de 2020). Nas demonstrações financeiras consolidadas, o saldo de receita diferida no passivo está apresentado a menor em R\$ 17.267 mil (R\$ 24.154 mil em 31 de dezembro de 2020), a receita operacional líquida está apresentada a menor em R\$ 6.679 mil (R\$ 4.474 mil a maior em 31 de dezembro de 2020), os tributos a recolher estão apresentados a menor em R\$ 208 mil (R\$ 368 mil a maior em 31 de dezembro de 2020) e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 está apresentado a maior em R\$ 10.743 mil (R\$ 15.150 mil em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente a provisão para imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração do resultado está a menor em R\$ 2.271 mil (R\$ 1.956 mil a maior em 31 de dezembro de 2020) e a rubrica de impostos a recolher (impostos a recuperar em 2020) está apresentada a menor no mesmo montante.

Conforme notas explicativas 16 e 17 às demonstrações financeiras, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou receita operacional líquida e custo dos produtos vendidos nos montantes de R\$ 275.457 mil e R\$ 215.776 mil, respectivamente, nas demonstrações financeiras consolidadas (R\$ 241.575 mil e R\$ 186.118 mil, respectivamente, em dezembro de 2020), dos quais R\$ 6.176 mil e R\$ 5.106 mil (R\$ 4.278 mil e R\$ 3.261 mil em dezembro de 2020) nas demonstrações financeiras consolidadas referem-se a produtos que foram entregues aos clientes apenas no exercício subsequente e, portanto, os riscos e benefícios significativos da propriedade e o controle dos produtos ainda não haviam sido transferidos. Consequentemente, nas demonstrações financeiras consolidadas o contas a receber e as receitas líquidas estão apresentados a maior em R\$ 6.176 mil (R\$ 4.278 mil em 2020), os estoques a menor e os custos das vendas a maior em R\$ 5.106 mil (R\$ 3.261 mil em 2020), com efeito líquido no resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 706 mil (R\$ 671 mil em 2020). Adicionalmente, nas demonstrações financeiras individuais, o investimento em 31 de dezembro de 2021 e o resultado de equivalência patrimonial reconhecido no exercício findo nessa data estão apresentados a maior em R\$ 706 mil (R\$ 671 mil em 2020).

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial consolidado registra na rubrica de contas a receber de clientes o montante de R\$ 101.159 mil (R\$ 96.128 mil em 31 de dezembro de 2020). A Companhia não registrou os efeitos do ajuste ao valor presente, conforme requerido pelo CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Consequentemente, nas demonstrações financeiras individuais, o investimento em 31 de dezembro de 2021 e o resultado de equivalência patrimonial reconhecido no exercício findo nessa data estão apresentados a maior em R\$ 2.878 mil (R\$ 1.097 mil em 31 de dezembro de 2020), e nas demonstrações financeiras consolidadas, o saldo de contas a receber de clientes e receita operacional líquida estão a maior em R\$ 4.361 mil (R\$ 1.662 mil em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente a provisão para imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração do resultado consolidado está a maior em R\$ 1.482 mil (R\$ 595 mil a maior em 31 de dezembro de 2020) e a rubrica de impostos diferidos está apresentada a menor nos mesmos montantes. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da

Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, concluímos que as outras informações também apresentam distorção pela mesma razão do assunto e outros aspectos descritos na referida seção.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Com exceção dos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalva”, não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos

opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 31 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/F-7



André Luiz de Godoy

Contador CRC PR-050218/O-0 T-SC

OIW Participações S.A.
Balancos patrimoniais em 31 Dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020		
Ativos						Passivos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1	4	3.322	32.713	Fornecedores	12	-	-	26.307	24.422
Aplicações financeiras		-	-	-	-	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	1.119	921
Contas a receber de clientes	6	-	-	95.209	90.528	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	30.429	28.739
Estoques	7	-	-	37.258	27.406	Derivativos	19	-	-	791	2.906
Impostos a recuperar	8	-	-	1.022	1.864	Impostos a recolher		-	-	1.129	1.202
Pagamentos antecipados	20	312	-	7.588	7.270	Receita diferida	16(b)	-	-	17.706	24.869
Outros ativos	20	-	-	1.244	2.221	Adiantamentos de dividendos	20	8.790	4.749	-	-
						Adiantamentos de clientes		-	-	59	410
						Arrendamentos	21	-	-	1.254	-
						Dividendos a pagar		-	2.298	-	2.298
						Outros passivos		-	-	13	-
Total do ativo circulante		313	4	145.644	162.001	Total do passivo circulante		8.790	7.047	78.807	85.767
Contas a receber de clientes	6	-	-	5.950	5.600	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	41.611	58.962
Outros ativos	20	-	-	-	430	Arrendamentos	21	-	-	1.580	-
Investimentos	10	100.016	94.005	-	-	Total do passivo não circulante		-	-	43.191	58.962
Impostos a recuperar	8	-	-	8.703	8.703	Patrimônio líquido	14				
Ativo fiscal diferido	9	-	-	9.472	9.472	Capital social		37.605	37.605	37.605	37.605
Imobilizado	11	-	-	40.911	45.453	Reservas de lucros		53.934	49.357	53.934	49.357
Direito de uso	21	-	-	2.834	-	Total do patrimônio líquido		91.539	86.962	91.539	86.962
Intangível		-	-	23	33	Total do passivo e patrimônio líquido		100.329	94.009	213.537	231.691
Total do ativo não circulante		100.016	94.005	67.893	69.690						
Total do ativo		100.329	94.009	213.537	231.691						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OIW Participações S.A.
Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	16	-	-	275.457	241.575
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	17	-	-	(215.776)	(186.118)
Lucro bruto		-	-	59.682	55.457
Despesas com vendas	17			(15.948)	(11.259)
Despesas gerais e administrativas	17	(6)	43	(14.549)	(8.553)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	17	-	-	(2.553)	(1.980)
Outras despesas operacionais		-	-	(7.229)	(5.755)
Outras Receitas				4.768	
Resultado de equivalência patrimonial	10	6.011	23.814	-	-
Lucro operacional		6.005	23.857	24.171	27.910
Receitas financeiras	18	-	-	5.357	14.038
Despesas financeiras	18	(3)	(4)	(23.526)	(26.457)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		6.002	23.853	6.002	15.492
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	9	-	(8)	-	(1.118)
Diferido	9	-	-	-	9.472
Lucro líquido do exercício		6.002	23.845	6.002	23.845
Resultado líquido por quota do capital social no fim do exercício - R\$		0,000160	0,000636	0,000160	0,000636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OIW Participações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	6.002	23.845	6.002	23.845
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>6.002</u>	<u>23.845</u>	<u>6.002</u>	<u>23.845</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OIW Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Em 01 de janeiro de 2020	37.486	1.721	29.454	-	68.660
Integralização de capital	119	-	-	-	119
Lucro líquido do exercício	-	-	-	23.845	23.845
Reserva legal	-	1.192	-	(1.192)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(5.662)	(5.662)
Reserva de lucros	-	-	16.990	(16.990)	-
Em 31 de dezembro de 2020	37.605	2.913	46.444	-	86.962
Integralização de capital	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.002	6.002
Reserva legal	-	300	-	(300)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(1.426)	(1.426)
Reserva de lucros	-	-	4.277	(4.277)	-
Em 31 de dezembro de 2021	37.605	3.213	50.721	-	91.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OIW Participações S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	6.002	-	6.002	23.845
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	-	-	5.675	6.041
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	2.553	1.858
Equivalência patrimonial	(6.011)	(23.814)	-	-
Ganhos ou perdas do imobilizado ou intangível baixado ou vendido	-	-	775	(146)
Outros	-	-	-	233
Juros provisionados	-	-	7.307	8.986
Impostos	-	-	-	(8.354)
Variações em:				
Redução (aumento) em contas a receber de clientes	-	-	(6.960)	(30.487)
Redução (aumento) nos estoques	-	-	(9.852)	19.672
(Aumento) redução aumento em impostos a recuperar	-	-	841	(8.749)
(Aumento) redução em outras contas a receber	-	6	776	299
(Redução) aumento em fornecedores	-	-	1.885	16.010
Aumento em impostos e contribuições a recolher	-	(20)	(73)	687
(Redução) aumento em outras contas a pagar	4.041	3.284	(6.999)	7.190
Caixa gerado pelas atividades operacionais	4.032	3.301	1.929	37.086
Impostos sobre o lucro, pagos	-	-	-	(588)
Juros pagos	-	-	(7.307)	(8.986)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	4.032	3.301	(5.378)	27.512
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativo imobilizado	-	-	(885)	(16.293)
Integralização de capital	-	(119)	-	-
Recebimento de dividendos	-	182	-	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	-	63	(885)	(16.293)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	14.590	83.688
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	-	-	(32.366)	(62.595)
Pagamento de arrendamentos	-	-	(1.317)	-
Dividendos pagos	(4.035)	(3.365)	(4.035)	(3.365)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamentos	(4.035)	(3.365)	(23.128)	17.728
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(3)	(1)	(29.391)	28.947
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	5	32.713	3.766
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1	4	3.322	32.713

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto Operacional

A OIW Participações S.A. (“Companhia”) é uma “Holding”, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado da Companhia é Rua Campo Romero, 295 – Taquari – RS. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como ‘Grupo’). O Grupo está envolvido primariamente na fabricação e distribuição de equipamentos para conectividade indoor e outdoor, oferecendo soluções para provedores de internet FTTx (fibra óptica) e wireless, Wi-Fi empresarial e residencial e segurança além de fornecer serviços de montagem de placas e produtos eletrônicos.

2 Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mencionados na nota explicativa 15, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Impactos do COVID-19

Ainda com reflexo de restrições de aglomeração e protocolos sanitários, no ano de 2021 a demanda por produtos de Telecom permaneceu em alta. Mesmo a Companhia sendo impactada pela falta de disponibilidade dos fornecedores e conseqüente desafio em atender aos prazos das compras de seus clientes, conseguiu manter um incremento de faturamento, mesmo este não refletindo no resultado da Companhia na mesma proporção que no ano anterior, principalmente devido ao aumento de custos de componentes importados. A Companhia destaca ainda que realizou avaliações quanto à revisão sobre possíveis impactos em impairment de ativos fixos, avaliações de perdas de crédito e créditos de impostos. A Companhia não identificou em tais avaliações itens os quais foram materialmente afetados pelos impactos da COVID-19.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 16 - reconhecimento de receita: se a receita de locação é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 6 – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber de cliente: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

Nota explicativa 9 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui o processo de revisão de todas as mensurações significativas de valor justo, com reporte diretamente a Diretoria.

O processo de avaliação contempla a revisão regular de dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, o processo de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 15** – instrumentos financeiros.

3 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

4 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Base de consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da OIW Participações S.A. e de suas controladas diretas, a seguir relacionadas:

		<u>Participação acionária %</u>	
	País	2021	2020
OIW Indústria Eletrônica S.A.	Brasil	100	100

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b) Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. O Grupo atende aos requisitos para reconhecimento no resultado.

c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente para imposto de renda e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio.

e) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Prédios	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos para locação	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

f) Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Ativos Financeiros

No reconhecimento, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso

todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

ii. Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de

caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

iii. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g) Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e também reconheceu provisões para perdas esperadas de crédito sobre recebíveis de arrendamento que são divulgados como parte das contas a receber de clientes.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h) Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado

fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	1	1	17	17
Depósitos bancários	-	-	2.497	6.160
Aplicações financeiras	-	3	808	26.536
Total	1	4	3.322	32.713

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pelo Grupo na gestão das obrigações de curto prazo.

6 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2021	2020
Contas a receber de clientes – venda de produtos	106.084	85.245
Locações a receber	6.245	19.635
(-) Provisão para perda esperada de crédito	(11.170)	(8.752)
Total	101.159	96.128
Circulante	95.209	90.528
Não circulante	5.950	5.600

A movimentação da provisão para perda esperada de crédito está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	(8.752)	(6.895)
Adições	(2.553)	(1.979)
Baixas por recebimentos	135	122
Saldo no final do exercício	(11.170)	(8.752)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a análise dos saldos de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Consolidado	
	2021	2020
A vencer	96.453	92.840
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	1.706	884
De 31 a 60 dias	386	264
De 61 a 90 dias	447	160
De 91 a 180 dias	969	465
Acima de 181 dias	12.368	10.267
Total	112.329	104.880

7 Estoques

	Consolidado	
	2021	2020
Matérias primas	5.432	7.986
Produtos acabados e mercadorias	24.924	17.746
Embalagens	587	351
Importação em andamento	6.315	1.323
Total	37.258	27.406

8 Impostos a recuperar

	Consolidado	
	2021	2020
ICMS	1	15
IPI	260	576
IRRF	513	432
PIS e Cofins	7.027	7.088
INSS – desoneração	1.733	1.733
Outros	191	723
Total	9.725	10.567
Circulante	1.022	1.864
Não circulante	8.703	8.703

Pis e Cofins

A Companhia discutiu judicialmente a exclusão do ICMS na base de cálculo do Pis e da Cofins, através de Ação Declaratória de Repetição de Indébito, com decisão favorável transitada em julgado em 07/2020, reconhecendo o direito creditório da Companhia, referente as diferenças do período entre 10/2012 a 06/2020, e que foi objeto de Habilitação de Crédito junto à Receita Federal do Brasil, devidamente homologada. O método de cálculo homologado junto

ao processo se refere ao montante destacado em nota fiscal, líquido de créditos, estornos e demais valores. O montante total do ativo reconhecido foi de R\$ 6.970 com contrapartida em “Outras receitas operacionais” R\$ 5.751 e “Receitas financeiras” R\$ 1.219.

INSS desoneração

A Companhia, ajuizou ação judicial, pretendendo ver declarado seu direito de recolher a contribuição previdenciária de seus colaboradores nos moldes disposto pelo art. 22 da Lei 8.212, de 1991 (folha de pagamento) e não conforme arranjado pelas Medidas Provisórias ns 540 e nº 582 e Lei 12.546/2011, com decisão favorável transitada em julgado em 17 de agosto de 2020, reconhecendo o direito creditório da Companhia, e que foi objeto de Habilitação de Crédito junto à Receita Federal do Brasil, devidamente homologada; montante total do ativo reconhecido foi de R\$ 1.733 com contrapartida em “Outras receitas operacionais” R\$ 1.118 e “Receitas financeiras” R\$ 615.

9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos em 2020, no montante de R\$ 9.472, sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro que somam R\$ 27.858. Em 2021 a Companhia incorreu em mais R\$ 13.108 de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, sobre os quais não foram registrados impostos diferidos ativos uma vez que as projeções preparadas pela Companhia não contemplam a compensação deste montante adicional de impostos diferidos.

Conciliação da alíquota de imposto efetiva

	Consolidado	
	2021	2020
Lucro contábil antes dos impostos	6.002	15.492
À alíquota fiscal combinada de 34%	(2.044)	(5.267)
Benefícios fiscais	6.618	21.849
IR e CS na empresa tributada pelo lucros presumido	-	(323)
Prejuízo fiscal do exercício para o qual não foi constituído ativo fiscal diferido	(4.457)	-
Outros	(117)	-
Imposto de renda e contribuição social	-	8.354
Corrente	-	(1.118)
Diferido	-	9.472
	-	(53,92%)

10 Investimentos e equivalência patrimonial

2020									
	% de participação	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do Exercício	Saldo inicial em 1º de janeiro	Resultado da Equivalência	Integralização de capital	Distribuição	Incorporação (*)	Total do investimento
OIW Indústria Eletrônica S.A.	100	94.005	22.240	54.176	22.240	-	-	17.589	94.005
Servtronix Tecnologia Ltda.	-	-	1.574	16.078	1.574	119	(182)	(17.589)	-
				70.254	23.814	119	(182)	-	94.005

2021						
	% de participação	Patrimônio Líquido	Lucro líquido do exercício	Saldo inicial em 1º de janeiro	Resultado da equivalência	Total do investimento
OIW Indústria Eletrônica S.A.	100	100.017	6.011	94.005	6.011	100.016
				94.005	6.011	100.016

11 Imobilizado

	Prédios e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos para locação	Veículos, computadores e periféricos e condic. de ar	Total
Custo						
Em 1º de janeiro de 2020	2.871	3.211	255	33.122	506	39.965
Aquisições	440	620	8	15.155	70	16.293
Alienações	-	(277)	-	-	-	(277)
Em 31 de dezembro de 2020	3.311	3.554	263	48.277	576	55.981
Aquisições	120	554	23	-	188	885
Alienações	(1.000)	-	-	-	-	(1.000)
Em 31 de dezembro de 2021	2.431	4.108	286	48.277	764	55.866
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2020	(425)	(997)	(163)	(2.659)	(339)	(4.583)
Depreciação	(122)	(305)	(26)	(5.532)	(56)	(6.041)
Alienações	-	96	-	-	-	96
Em 31 de dezembro de 2020	(547)	(1.206)	(189)	(8.191)	(395)	(10.528)
Depreciação	(170)	(377)	(14)	(4.020)	(71)	(4.652)
Alienações	225	-	-	-	-	225
Em 31 de dezembro de 2021	(492)	(1.583)	(203)	(12.211)	(466)	(14.955)
Valor contábil líquido						
Em 31 de dezembro de 2020	2.764	2.348	74	40.086	181	45.453
Em 31 de dezembro de 2021	1.939	2.525	83	36.066	298	40.911

No exercício encerrado em 31 e dezembro de 2021, o Grupo realizou a venda do prédio incorporado na unidade de Ilhéus/BA.

O Grupo não identificou a existência de indicadores onde ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável.

12 Fornecedores

	Consolidado	
	2021	2020
Fornecedores nacionais	5.272	5.944
Fornecedores exterior	21.035	18.478
Total	26.307	24.422

13 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa	Vencimento	Consolidado	
					2021	2020
Fundo Garantidor para Investimentos	Reais	CDI	6,28% a 10,8224% a.a.	ago/25	27.271	34.098
Capital de Giro / CCB	Reais	CDI	2,734% a 7,3194% a.a.	nov/25	41.275	38.704
Finimp	Dólar	VC	9,5% a.a.	mai/21	-	1.208
Capital de giro – 4.131	Dólar	VC	2,64 % a 2,82 %	jun/22	2.904	12.691
Conta garantia	Reais	Pré	23,8% a.a.	fev/22	590	-
BNDES - Automático	Reais	TLP	12,5% a.a.	jun/21	-	1.000
Total de empréstimos					72.040	87.701
Circulante					30.429	28.739
Não circulante					41.611	58.962

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está apresentada abaixo:

Consolidado		Alterações Caixa			Alterações não caixa		Saldo em dez/2021
Itens	Saldo em dez/2020	Captação de empréstimo	Amortização de empréstimos	Pagamento de juros	Provisões de juros	Variação cambial	em dez/2021
Financiamentos e empréstimos	87.701	14.590	(32.366)	(7.307)	7.307	2.115	72.040

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	2021
2023	19.988
2024	16.544
2025	5.079
Total	41.611

Aos empréstimos e financiamentos foram concedidas duplicatas a receber de clientes em garantia, as quais somam, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 29.727 (R\$ 35.343 em 31 de dezembro de 2020).

14 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social autorizado era composto de 37.605 ações ordinárias e preferenciais (37.605 em 31 de dezembro de 2020). As ações ordinárias e preferenciais possuem valor nominal de R\$ 1,00 (um real).

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, descontados prejuízos acumulados, se houver, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

É constituída pelo saldo remanescente de lucros acumulados cuja destinação será decidida em Assembleia Geral de acionista da Companhia.

Dividendos

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	Controladora	
	2021	2020
Lucro líquido do exercício	6.002	23.845
(-) Reserva legal – 5%	(300)	(1.192)
Base cálculo para dividendos propostos	5.702	22.653
Dividendos mínimo obrigatório - 25%	(1.426)	(5.663)

15 Instrumentos financeiros

As operações do Grupo estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade do Grupo sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, o Grupo adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, o Grupo somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, e procura evitar a concentração de recursos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado	
	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	3.322	32.713
Contas a receber de clientes	95.209	90.528
Total	98.531	123.241

A exposição máxima ao risco de crédito está concentrada 100% no mercado nacional.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de o Grupo encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamento de juros estimados até o vencimento final das obrigações:

Consolidado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	31.645	26.861	15.820	16.280	96.672	90.606
Fornecedores	24.422	-	-	-	24.422	24.422
Dividendos a pagar	2.298	-	-	-	2.298	2.298
Total	58.365	26.861	15.820	16.280	123.392	117.326

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	39.339	19.988	16.544	5.079	80.950	72.040
Fornecedores	26.307	-	-	-	26.307	26.307
Total	65.646	19.988	16.544	5.079	107.257	99.138

Risco de taxas de câmbio

Decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelo Grupo para a aquisição de insumos, e a contratação de instrumentos financeiros.

Exposição à moeda estrangeira - sobre instrumentos financeiros

A exposição efetiva ao risco de moeda diferente daquela onde o Grupo opera está abaixo apresentada, com base em valores nominais, expressos em moeda estrangeira (milhares):

	2021	2020
Fornecedores exterior	3.770	5.799
Empréstimos e financiamentos	520	2.674

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

	2021	2020
Dólar	5,5799	5,1961

Análise de sensibilidade - sobre instrumentos financeiros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do dólar dos instrumentos financeiros derivativos firmados pela Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação e do patrimônio líquido da Companhia. Também são considerados dois cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

Consolidado

<u>Descrição</u>	<u>Moeda</u>	<u>Valor origem (pagar) / receber</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Possível 25%</u>	<u>Possível - 25%</u>	<u>Remota 50%</u>	<u>Remota - 50%</u>
NDF	USD	3.350	2	4.681	(4.679)	9.360	(9.358)

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade do Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo mantém acompanhamento permanente do mercado e pode decidir, em determinadas circunstâncias, efetuar operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo era:

	2021	2020
Instrumentos de taxa fixa		
Empréstimos e financiamentos	590	1.208
Instrumentos de taxa variável		
Empréstimos e financeiros	71.450	89.398
Aplicações financeiras	808	26.536

Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Consolidado	Valor contábil		Valor justo	
	2021	2020	2021	2020
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	3.322	32.713	3.322	32.713
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	101.159	96.128	101.159	96.128
Passivos				
Passivos pelo custo amortizado				
Fornecedores	26.307	24.422	26.307	24.422
Empréstimos e financiamentos	72.831	90.606	80.950	96.672
Dividendos a pagar	-	2.298	-	2.298
Total	203.619	246.167	107.257	252.233

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos quando contratados pelo Grupo foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações sendo caracterizados como nível 2 na hierarquia de valor justo. Entretanto, uso de julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação.

16 Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado	
	2021	2020
Receita bruta fiscal	371.744	322.309
Menos:		
Impostos sobre vendas	(91.260)	(76.868)
Devoluções e abatimentos	(5.027)	(3.866)
Receita operacional líquida	275.457	241.575

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47
(a) - Venda de placas, roteadores, Switches e outros produtos	<p>Os clientes obtêm controle dos produtos quando as mercadorias são entregues e aceitas pelo cliente. As faturas são emitidas naquele momento. Nenhum desconto é concedido.</p> <p>Alguns contratos permitem ao cliente devolver os produtos. As mercadorias devolvidas são trocadas somente por novas mercadorias - i.e. não há devolução de dinheiro.</p>	<p>A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.</p> <p>Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.</p> <p>Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos. Não há histórico significativo de devoluções.</p>

(b) - Locação de equipamentos	Os clientes obtêm controle dos produtos e serviços ao longo da vida útil do contrato de locação estabelecido entre as partes. As faturas são emitidas de acordo com o prazo de pagamentos estabelecido entre as partes e não necessariamente são realizadas no mesmo prazo do contrato. Nenhum desconto é concedido.	A receita é reconhecida em uma base linear mensal ao longo da vida útil do contrato os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Para o valor total do contrato é registrado um passivo de receita diferida em contrapartida de contas a receber de clientes no ativo. Os pagamentos efetuados pelo cliente são baixados do ativo em contrapartida de equivalentes de caixa e o reconhecimento da receita é baixado do passivo em contrapartida do resultado.
--------------------------------------	--	---

17 Despesas por natureza

	Consolidado	
	2021	2020
Matéria-prima e insumos	215.776	175.402
Fretes	10.015	8.730
Pessoal	10.488	9.052
Serviços de terceiros	5.594	2.975
Depreciação e amortização	5.675	4.405
Créditos s/ depreciações e ou estornos	(860)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.553	1.858
Taxas e contribuições	1.580	1.930
Aluguéis	-	923
Outros	5.234	8.390
Total	256.055	213.665
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	215.776	186.118
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	2.553	1.980
Despesas com vendas	15.948	11.259
Despesas administrativas	14.549	8.553
Outras despesas operacionais	7.229	5.755
Total	256.055	213.665

18 Receitas financeiras e despesas financeiras

	Consolidado	
	2021	2020
Receitas financeiras:		
Juros ativos	845	3.673
Ganhos com operações de derivativos	2.086	4.318
Variação cambial	2.207	5.946
Rendimento de aplicações financeiras	174	74
Outras receita financeiras	45	27
	5.357	14.038
Despesas financeiras:		
Juros passivos	(7.364)	(5.220)
Variação cambial	(3.589)	(90)
Perdas com outras operações de derivativos	(4.042)	(19.321)
Custos bancários	(1.109)	(867)
Descontos concedidos	(6.518)	(616)
Juros sobre arrendamentos	(305)	-
Outras despesas financeiras	(599)	(343)
	(23.526)	(26.457)
Resultado financeiro	(18.169)	(12.419)

19 Instrumentos financeiros e derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía contratos NDF em aberto, correspondentes a USD 3.350 de valor “notional”, com vencimentos até fevereiro de 2022, com o propósito de proteger suas operações de importação de produtos contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio. O MTM destes instrumentos em aberto em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 2.

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2021 contratos de SWAP em aberto, no montante de R\$ 791.

20 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da administração, representado pelos seus diretores estatutários foi de R\$ 153 (R\$ 146 em 2020).

Adiantamentos de dividendos

No decorrer de 2021 a controlada OIW Indústria Eletrônica S.A. realizou pagamentos de dividendos no montante de R\$ 4.035, contemplando o saldo de dividendos a pagar de 2020 no montante de R\$ 2.298, o mínimo obrigatório de 2021 de R\$ 1.426 e um adiantamento no montante de R\$ 311. No exercício de 2020 o saldo de dividendos antecipados era de R\$ 4.749.

Mútuos com partes relacionadas

Em 31 dezembro de 2021 a Companhia possuía adiantamentos de dividendos realizados com partes relacionadas (acionistas pessoas físicas) no montante de R\$ 7.253. Em 2018 os acionistas realizaram a transferência do controle da Companhia para a empresa OIW Participações S.A. os saldos de adiantamentos de dividendos realizados à época foram convertidos em mútuos. Os contratos de mútuo não preveem prazo de pagamento nem taxa de remuneração e as operações foram realizadas em condições específicas entre partes relacionadas.

Venda de ativos

Em 2019 foi vendido um Prédio Comercial da cidade de Campinas/SP, para as empresas FGFHolding Ltda e R. Ferreira Holding Ltda, no valor de R\$ 2.000. O saldo em 31 de dezembro de 2021 referente esta operação é de R\$ 472, os montantes estão contabilizados em outros ativos circulante.

21 Direito de uso e arrendamentos

A Companhia atua como arrendatária em contratos. A Companhia reconheceu esses contratos, de acordo com o CPC 06 (R2) no balanço patrimonial, como direito de uso e passivo de arrendamento, em 2021. A Companhia entende que os efeitos em exercícios anteriores não eram significativos. Para esses contratos a taxa de desconto utilizada é de 12,5% ao ano. A movimentação do direito de uso e do arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi a seguinte:

ATIVO	CONSOLIDADO
Direito de uso -arrendamentos	31/12/2021
Saldo inicial - 31/12/2020	-
Novos Contratos	3.846
Depreciação	(1.012)
Saldo final	2.834

PASSIVO	CONSOLIDADO
ARRENDAMENTOS A PAGAR	31/12/2021
Saldo inicial - 31/12/2020	-
Novos Contratos	3.846
Pagamento passivo provisionado	(1.317)
Apropriação de juros	305
Saldo final	2.834
Arrendamentos a pagar - circulante	1.254
Arrendamento a pagar- não circulante	1.580

22 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 65.300 para danos materiais, conforme divisão:

	<u>Cobertura</u>
Depósito matriz RS	1.500
Escritório matriz RS	2.000
Escritório SP	800
Fábrica Ilhéus/BA Lote 5	6.000
Fábrica Ilhéus/BA Lote 6	25.000
Fábrica MG	12.000
Fábrica Cuiabá/MT	6.000
Fábrica CE	12.000
Total	65.300

23 Incentivos fiscais

A filial da controlada OIW Indústria Eletrônica S.A. situada no município de Ilhéus/BA usufrui do benefício de ICMS no Estado da Bahia na forma de crédito presumido, que foi concedido por intermédio do Decreto 4.316/95, o qual dispõe sobre o lançamento e o pagamento do ICMS relativo ao recebimento, do exterior, de componentes, partes e peças destinados à fabricação de produtos de informática, eletrônica e telecomunicações, por estabelecimentos industriais desses setores, e dá outras providências.

A filial da controlada OIW Indústria Eletrônica S.A. situada no município de Montes Claros/MG usufrui do benefício na forma de diferimento e crédito presumido de ICMS no estado de Minas Gerais, o qual foi concedido por meio do Regime de Tributação Especial nº 034/2015.

A filial da controlada OIW Indústria Eletrônica S.A. situada no município de Cuiabá/MT usufrui do benefício na forma de diferimento e crédito presumido de ICMS no estado do Mato Grosso, o qual foi concedido por meio do Termo de Adesão à Benefício Fiscal.

A filial da controlada OIW Indústria Eletrônica S.A. situada no município de Maracanaú/CE usufrui do benefício na forma de diferimento e crédito presumido de ICMS no estado do Ceará, o qual foi concedido por meio do Regime de Tributação Especial nº 03167/2021.

24 Eventos subsequentes

A Companhia firmou um instrumento particular de escritura da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 50.000, a qual foi registrada na Junta Comercial do Rio Grande do Sul em 31/01/2022, e publicada no Diário Oficial e Correio do Povo em 03/02/2022.

Com a intenção de alavancar faturamento, e ao mesmo tempo agregar uma nova área de atuação mas que houvesse sinergia para poder usufruir das mesmas estruturas físicas e também de pessoal, a empresa iniciará no ramo de vendas de kits de geradores de energia solar durante o ano de 2022, segmento este que vem em plena expansão de mercado.

Em 12 de janeiro de 2022 a Companhia firmou um empréstimo (CCB), no valor total de R\$ 6.000, para reforçar o capital de giro.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da OIW Participações S/A., em conformidade com a Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, Subseção III - Demonstrações Financeiras, inciso VI do artigo 25, que revisamos, discutimos e concordamos com as informações apresentadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia e empresas controladas (Consolidado), referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Taquari/RS, 31 de março de 2022

Fabricio Azambuja Ferreira
CPF: 751.249.630-34
Diretor

Roberto Azambuja Ferreira
CPF: 988.846.620-87
Diretor

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da OIW Participações S/A., conformidade com a Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, Subseção III - Demonstrações Financeiras, inciso V do artigo 25, que revisamos, discutimos e concordamos com o conteúdo e conclusão expressa no Parecer dos Auditores Independentes, sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia e empresas controladas (Consolidado), referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, elaborado pela KPMG Auditores Independentes S/A.

Taquari/RS, 31 de março de 2022

Fabricio Azambuja Ferreira
CPF: 751.249.630-34
Diretor

Roberto Azambuja Ferreira
CPF: 988.846.620-87
Diretor